Entrou em vigor no último dia 24 de abril a Portaria Previc nº 338/2023, que modificou a composição, as atribuições e alguns procedimentos adotados pelo Comitê de Análise de Lavratura de Autos de Infração - Copai. A Portaria foi republicada no dia 24 de maio, com um pequeno ajuste que será comentado a seguir.

Antes, é importante relembrar que, não obstante ela se referir à constituição do Copai, trata-se, na verdade, de uma alteração do referido órgão, que já estava em funcionamento nos termos da Portaria Previc nº 901/2019, ora revogada.

Quando comparada a Portaria Previc nº 338/2023 com a de nº 901/2019, nota-se, resumidamente, as seguintes modificações:

- (i) o Comitê passa a ser composto por 4 membros (antes eram 6 membros), a saber: Coordenador-Geral de Processo Sancionador, Coordenador-Geral de Fiscalização Direta, Coordenador-Geral de Monitoramento e Coordenador-Geral de Regimes Especiais;
- (ii) exigência de 3/4 dos membros para instalação das reuniões do Comitê (antes o quórum de instalação era de 2/3 dos membros);
- (iii) reuniões sem periodicidade definida (antes eram trimestrais);
- (iv) dispensa de emissão de opinião acerca da proposta de lavratura de auto de infração decorrente da falta de entrega de documentos;
- (v) dispensa de emissão de opinião acerca de situações que, pela complexidade, não sejam objeto de lavratura de auto de infração, mas deem ensejo à instauração de inquérito administrativo; e
- (vi) explicita-se que a exposição da proposta do auto de infração passa a ser feita, nas reuniões do Copai, de forma oral pelo Coordenador do Escritório Regional de Representação ou pelo Auditor Fiscal.

Quanto à republicação de 24 de maio de 2023, ela apenas corrigiu um aparente erro material presente na publicação original, quando o Chefe Regional do Escritório de Representação não havia sido citado como um dos competentes para a lavratura de autos de infração (ao lado dos Coordenadores Gerais da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento, do Coordenador de Fiscalização Direta e do Coordenador do Escritório de Representação), sempre juntamente com um Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou Equipe Fiscal.

O quadro a seguir detalha as mudanças:

PORTARIA PREVIC Nº 901/2019 (1) Constitui o Comitê de Análise de lavratura de Auto de Infração e instauração de Inquérito Administrativo - COPAI, no âmbitoSuperintendência Nacional de Previdência da Superintendência Nacional de objetivo de assessorar a Diretoria Colegiada e aperfeiçoar o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação do regime da previdência complementar inerente às operações das entidades fechadas de previdência complementar,

PORTARIA PREVIC Nº 338/2023 (2) Constitui o Comitê de análise de lavratura de auto de infração - Copai, no âmbito da Complementar - Previc, com o objetivo de Previdência Complementar - PREVIC, com oaperfeiçoar o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação do regime da previdência complementar inerente às operações das entidades fechadas de previdência complementar, nos termos do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003.

| DODTABLA DDEVIG NO 001/2010 (1) | DODTABLA DDEWG NO 220/2022 (2) |
|--|---|
| - | PORTARIA PREVIC Nº 338/2023 (2) |
| nos termos do o Decreto nº 4.942, de 30 | |
| de dezembro de 2003. | |
| | Art. 1º Constituir o Comitê de análise de |
| lavratura de Auto de Infração e instauração | |
| de Inquérito Administrativo - COPAI, no | âmbito da Superintendência Nacional de |
| âmbito da Superintendência Nacional de | Previdência Complementar - Previc, com o |
| Previdência Complementar - PREVIC, com o | |
| objetivo de assessorar a Diretoria | administrativo para apuração de |
| Colegiada e aperfeiçoar o processo | responsabilidade por infração à legislação do |
| administrativo para apuração de | regime da previdência complementar inerente |
| responsabilidade por infração à legislação | às operações das entidades fechadas de |
| do regime da previdência complementar | previdência complementar, nos termos do |
| inerente às operações das entidades | Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003. |
| fechadas de previdência complementar, nos termos do o Decreto nº 4.942, de 30 | 2003. |
| de dezembro de 2003. | |
| CAPÍTULO I - COMPOSIÇÃO | CAPÍTULO I - COMPOSIÇÃO E |
| CAPITULO I - COMPOSIÇÃO | FUNCIONAMENTO |
| Sem dispositivo correspondente. | Seção I - Composição |
| Art. 2º São membros do COPAI, com direito | |
| a voto: | Art. 2º 3ao membros do Copar. |
| l - Coordenador-Geral de Processo | l - Coordenador-Geral de Processo |
| Sancionador, que será o seu Coordenador; | |
| II - Coordenador-Geral de Fiscalização | II - Coordenador-Geral de Fiscalização Direta; |
| Direta; | ii - coordenador-derar de riscanzação Bireta, |
| | III - Coordenador-Geral de Monitoramento; e |
| IV - Coordenador-Geral de Inteligência e | Dispositivo excluído. |
| Gestão de Riscos; | Dispositivo exercido. |
| V - Coordenador-Geral de Consultoria e | Dispositivo excluído. |
| Assessoramento Jurídico | Dispositivo exercidadi |
| VI - Chefe Regional do Escritório de | Dispositivo excluído. |
| Representação ou Coordenador de | |
| Fiscalização Direta, da respectiva | |
| circunscrição do auditor-scal ou equipe | |
| scal que tenha elaborado a proposta de | |
| Auto de Infração ou de Inquérito | |
| Administrativo. | |
| Sem dispositivo correspondente. | IV - Coordenador-Geral de Regimes Especiais. |
| § 1º Em caso de impossibilidade de | § 1º Em caso de impossibilidade de |
| comparecimento, os ocupantes dos cargos | comparecimento, os ocupantes dos cargos |
| indicados neste artigo deverão ser | indicados neste artigo deverão ser |
| substituídos por seu substituto legal. | substituídos por seu substituto legal. |
| § 2º A Coordenação do Comitê será | § 2º A Coordenação do Comitê será exercida |
| exercida pelo Coordenador-Geral de | pelo Coordenador-Geral de Processo |
| Processo Sancionador, ou, em sua | Sancionador, ou, em sua ausência, pelo |
| ausência, pelo Coordenador-Geral de | Coordenador-Geral de Fiscalização Direta. |
| Fiscalização Direta. | |
| | § 3º Caberá ao Coordenador do Copai o voto |
| 2º cabe um voto, cabendo ao Coordenador | de qualidade, no caso de empate. |
| do COPAI o voto de qualidade. | |
| § 3º Os trabalhos de secretaria serão | § 4º Os trabalhos de secretaria serão |
| executados pela Coordenação-Geral de | executados pela Coordenação-Geral de |
| Fiscalização Direta. | Fiscalização Direta. |
| Sem dispositivo correspondente. | Seção II - Atribuições |
| I | l l |

| PORTARIA PREVIC Nº 901/2019 (1) | PORTARIA PREVIC Nº 338/2023 (2) |
|---|---|
| Art. 4º Compete ao COPAI: | Art. 3º Compete ao Copai conhecer, discutir |
| | e opinar sobre a proposta do auto de infração, |
| l - conhecer, discutir e opinar sobre as | de forma prévia e autônoma a sua efetiva |
| propostas de lavratura de Auto de Infração; | |
| Art. 5º As deliberações do COPAI são | |
| prévias e autônomas à efetiva lavratura do | |
| Auto de Infração ou instauração do | |
| Inquérito Administrativo. | |
| II - conhecer, discutir e opinar sobre as | Dispositivo excluído. |
| propostas de instauração de Inquérito | Dispositivo exerciado. |
| Administrativo, ressalvada a hipótese em | |
| que o mesmo decorra diretamente da lei. | |
| Parágrafo único. As propostas referidas no | Dispositivo excluído. |
| , , | Dispositivo excluido. |
| caput são prerrogativas dos chefes | |
| regionais, coordenadores de escritório ou | |
| coordenadores de fiscalização direta, | |
| juntamente com um auditor-fiscal ou | |
| equipe fiscal, devendo ser trazidas ao | |
| COPAI por meio do chefe regional ou | |
| coordenador do escritório de | |
| representação ou coordenador de | |
| fiscalização direta, da respectiva | |
| circunscrição em que tenham sido | |
| originadas | |
| Sem dispositivo correspondente. | §1º. Os autos de infração relativos a não |
| | entrega de documentos obrigatórios pelas |
| | entidades fechadas de previdências |
| | complementar estão dispensados de |
| | apreciação no Copai. |
| Parágrafo único. A competência para a | §2º A competência para a lavratura do auto |
| lavratura do Auto de Infração é do chefe | de infração será dos Coordenadores Gerais da |
| regional, coordenador de escritório ou | Diretoria de Fiscalização e Monitoramento, do |
| coordenador de fiscalização direta, | Coordenador de Fiscalização Direta, do Chefe |
| juntamente com um auditor-fiscal ou | Regional do Escritório de |
| | Representação ⁽³⁾ e do Coordenador do |
| | Escritório de Representação, juntamente com |
| Diretoria Colegiada da Previc | um Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil |
| Directoria Colegiada da Frevio | ou Equipe Fiscal. |
| CAPÍTULO IV - LOCAL E PERIODICIDADE | Seção III - Reuniões |
| DAS REUNIÕES | beção III - Reuffloes |
| | Art. 40 O Consi roupir se é profesoncialmente |
| | Art. 4º O Copai reunir-se-á preferencialmente |
| ordinariamente, a cada trimestre, | por meio de videoconferência. |
| preferencialmente por meio de | |
| videoconferência. | |
| | Dispositivo excluído. |
| poderão ser realizadas reuniões | |
| extraordinárias a qualquer tempo. | |
| Art. 13. Da data, local e pauta das | Parágrafo único. A secretaria dará ciência aos |
| reuniões, a secretaria dará ciência aos | membros, e aos demais participantes, com |
| membros, e aos demais participantes, com | antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis |
| antecedência mínima de 5 (cinco) dias | da data, local e pauta das reuniões. |
| úteis. | |
| CAPÍTULO III - FUNCIONAMENTO | Seção IV - Funcionamento |
| Art. 6º O COPAI instala-se com a presença | Art. 5º O Copai instalar-se-á com a presença |
| · · · | 1 ' 1 |

| PORTARIA PREVIC Nº 901/2019 (1) | PORTARIA PREVIC Nº 338/2023 (2) |
|---|--|
| de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus | de, no mínimo, 3/4 (três quartos) de seus |
| membros, relacionados no art. 2º | membros, relacionados no art. 2º. |
| Art. 7º O membro proponente apresenta a | §1º O Coordenador do Escritório Regional de |
| minuta de Auto de Infração ou a proposta | Representação ou o Auditor Fiscal da Receita |
| de instauração do Inquérito Administrativo | Federal do Brasil apresentará de forma oral a |
| para conhecimento, discussão e parecer do | proposta do auto de infração, sem direito a |
| COPAI. | voto. |
| Art. 3º Devem participar das reuniões, sem | |
| direito a voto, os coordenadores de | Regionais de Representação poderão |
| fiscalização direta e os chefes ou | participar das reuniões, sem direito a voto. |
| coordenadores dos demais escritórios de | |
| representação, das demais circunscrições | |
| não responsáveis pela proposta do Auto de | |
| Infração ou de Inquérito Administrativo a | |
| ser tratada. | |
| | § 3º A critério do Copai, outros servidores da |
| servidores da Previc poderão ser | Previc poderão ser convidados a participar |
| convidados a participar das reuniões, sem | das reuniões, sem direito a voto. |
| direito a voto. | |
| Art. 9º O COPAI deverá apresentar opinião | Art. 6º O Copai deverá apresentar opinião |
| conclusiva sobre a proposta de lavratura | conclusiva sobre a proposta de lavratura de |
| de auto de infração ou de proposta de | auto de infração em ata. |
| instauração do Inquérito Administrativo. | |
| Art. 10. Na ata da reunião deverá constar | Parágrafo único. Na ata da reunião deverá |
| as opiniões de cada um dos participantes | constar as opiniões de cada um dos |
| com direito a voto, devendo ser assinada | participantes com direito a voto, com a |
| pelos membros presentes e pelo servidor | assinatura dos membros presentes e do |
| responsável pela elaboração. | servidor responsável pela elaboração. |
| Art. 11. Em caso de urgência, justificada | Dispositivo excluído. |
| em despacho, o Coordenador pode avocar | |
| a proposta, proferindo decisão a ser | |
| submetida ao COPAI em sua próxima | |
| reunião, para deliberação. | |
| CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS E | CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS E |
| TRANSITÓRIAS | TRANSITÓRIAS |
| · · | Art. 7º. Compete ao Coordenador do Copai |
| decidir sobre as situações não previstas | decidir sobre as situações não previstas nesta |
| nesta Portaria. | Portaria. |
| Art. 15. O COPAI deve observar as | Dispositivo excluído. |
| disposições do art. 6º do Decreto nº 9.759, | |
| de 11 de abril de 2019, naquilo que lhe for | |
| aplicável. | |
| Art. 16. Fica revogada a Portaria SPC nº | Art. 8º. Fica revogada a Portaria Previc nº |
| 699, de 21/09/2006. | 901, de 15 de outubro de 2019. |
| Art. 17. Esta portaria entra em vigor na | Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data |
| data de sua publicação. | de sua publicação. |

Notas:

- (1) A Portaria Previc nº 901/2019 está apresentada com seus artigos fora de ordem numérica, para que seus dispositivos estejam ao lado daqueles correspondentes da Portaria nº 338/2023.
- (2) Versão republicada em 24 de maio de 2023.

Legismap RoncaratiPrevic republica a Portaria 338/2023, que dispõe sobre o Comitê de Análise de Lavratura de Autos de Infração

(3) Trecho incluído na republicação.